



EJA E FORMAÇÃO DOCENTE: O LUGAR DA EDUCAÇÃO POPULAR FRENTE AO GERENCIALISMO

Francisco das Chagas Galvão de Lima – Doutorando (PPGE/UFPB)

E-mail: candeianeto@gmail.com

Patrícia Fernanda da Costa Santos – Doutoranda (PPGE/UFPB)

E-mail: santosjp2013@gmail.com

EIXO 5 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES

RESUMO

A formação do/a educador/a vem sendo tema recorrente nos debates sobre a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Segundo SOARES (2008), as discussões têm priorizado temáticas como a necessidade de se estabelecer um perfil dos sujeitos, aluno/a, considerando sua realidade, como ponto de partida das ações pedagógicas, o currículo com metodologias e materiais didáticos adequados às necessidades, o financiamento para a concretização de ações e, finalmente, a formação de professores condizente com as especificidades da EJA. Defende-se a especificidade dessa formação como uma estratégia na garantia do direito à educação de homens e mulheres do nosso país que não tiveram acesso à escolarização na idade própria – preceito garantido institucionalmente. No entanto, com o modelo capitalista em vigor, agravam-se os números de desemprego, de pobreza e exclusão social. Abre-se a livre concorrência que visa o lucro acima de qualquer política social; prega-se o individualismo e promove como foco a competitividade, a produtividade e a eficácia. Nessa perspectiva, exige-se da educação a sua adequação ao modelo econômico vigente e, sob o discurso do desenvolvimento a escola é, assim, permeada pela lógica empresarial buscando a qualidade total, privilegiando o modelo empresarial em detrimento da função educativa, colocando em segundo plano a produção do conhecimento, inclusive, nas políticas de formação docente na EJA. Nessa perspectiva, as políticas de formação docente na EJA tem se balizado com a reforma neoliberal do Estado, onde o Modelo Gerencial da Educação – Gerencialismo – produz o Estado-mínimo, com a descentralização da gestão; o estabelecimento de um currículo nacional comum; com a política de responsabilização; avaliações em larga escala e com programas de formação inicial e continuada (SANTOS, 2004) que desconsideram as especificidades da formação na EJA. O Gerencialismo converge para o esforço de incorporar ao serviço público o *modus operandi* do setor privado como um elemento dinamizador e legitimador da ação do Estatal (BRESSER-PEREIRA, 2010). O Estado, com a adoção desse modelo, romperia com a lógica burocrática, tida como naturalmente ineficiente, e se alinharia a um modelo flexível de gestão que, segundo o argumento gerencial, passaria a oferecer respostas eficientes, efetivas e com qualidade na provisão dos serviços públicos. O alinhamento das políticas de formação de professores com o modelo gerencial vai na contramão da pedagogia crítica, pois a política gerencial, ao avaliar a qualidade da educação – nesse processo avaliativo também é verificado o desempenho docente – implementa a política de bonificação por desempenho, política a qual faz com que a formação continuada seja assumida como objeto de profunda



instrumentalização da reforma gerencial, fazendo com que ela tenha pouco ou nada em comum com o processo educativo e formativo responsável e socialmente igualitário proposto pela Educação Popular. Para a Educação Popular, a prática não se efetiva dissociada do saber teórico. A experiência prática do educador se configura em um elemento importante para a construção de teorias capazes de explicar e aproximar-se de realidades concretas. Assim, o educador da EJA precisa estar buscando e ampliando seus espaços de formação continuada para poder dar conta de sua responsabilidade requerida socialmente. A Educação Popular não ignora as mudanças emergidas da globalização e do capital e lança-se como alternativa a estas novas exigências, apontando para conteúdos formativos que vão além da formação meramente técnica e conteudista. Sendo assim, a Educação Popular apresenta-se como um instrumento legal capaz de contrapor-se aos programas de formação continuada meramente adaptativas e funcionais, promovendo uma formação para a cidadania e a democracia. Ela ainda nos mostra que formação técnica-profissional nada mais é do que um instrumento reprodutivista do sistema econômico vigente. Este sistema econômico desconsidera todo o processo identitário do professor e o submete a um processo de desprofissionalização e silenciamento frente à perspectiva da bonificação por desempenho. Sendo assim, a padronização das formações continuadas dos professores, de acordo com Gatti (2011, p.29) “comprometem seu repertório educacional e limitam as possibilidades de criação de alternativas para lidar com os fatores da diversidade cultural”, pois o discurso da formação continuada, neste modelo de gestão, é baseada na cultura das competências, ou seja, as competências a serem desenvolvidas/avaliadas estão a serviço da demanda de mercado, desconsiderando as questões da formação humana e/ou cidadã.

Palavras-chave: EJA; formação docente; educação popular; gerencialismo

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA. Luís Carlos. Democracia, estado social e reforma gerencial. Rev. Administração de Empresas. vol.50, nº.1, São Paulo, Jan/Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902010000100009&script=sci_arttext> Acesso em: maio. 2012.

GATTI, Bernardete Angelina. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte* / Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto e Marli Eliza Dalmaz de Afonso André. – Brasília: UNESCO, 2011. 300 p.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA CULTURA DO DESEMPENHO. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1145-1157, Set./Dez. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br> > Acesso em: 08 Nov 2012.

SOARES, Leôncio. Avanços e Desafios na Formação do Educador de Jovens e Adultos. In: MACHADO, Maria Margarida Formação de educadores de jovens e adultos (org). Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008.